

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.577 - RS (2015/0278177-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : GHENDY CARDOSO**  
**ADVOGADO : LUCIANA INES RAMBO - RS052887**  
**RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado no art. 105, III, **a**, da CF/88, interposto por GHENDY CARDOSO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Sobre a possibilidade de fixação de honorários advocatícios em execuções não embargadas, o STF, ao julgar o RE 420.816, deu interpretação conforme a Constituição ao art. 1º-D da Lei 9.494/97, na redação conferida pela MP nº 2.180-35, no sentido de que 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas', exceto nas de pequeno valor (Requisição de Pequeno Valor - RPV).

Caso opostos embargos à execução, os honorários deverão ser fixados na ação incidental, nos limites da irrisignação do devedor, de forma que a parcela não embargada (valores incontroversos) seja excluída da base de cálculo da verba honorária, em caso de eventual oposição de embargos à execução parciais" (fl. 361e).

Em face do referido acórdão, foram opostos Embargos de Declaração, parcialmente providos, nos seguintes termos:

"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE.

1. Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto que possa dificultar a exata compreensão da manifestação judicial. E mesmo quando opostos com o objetivo de prequestionar matéria a ser versada em provável recurso extraordinário ou especial, devem atender aos pressupostos delineados no artigo 535, do CPC,

pois não se prestam, por si só, para forçar o ingresso na instância superior, decorrendo, sua importância, justamente do conteúdo integrador da sentença ou do aresto impugnado. Com efeito, não se revelam meio hábil ao reexame da causa ou modificação do julgado no seu mérito, pois opostos quando já encerrado o ofício jurisdicional naquela instância.

2. O magistrado não é obrigado a analisar todos os argumentos ou dispositivos legais invocados pelas partes, desde que aprecie o que é indispensável para o deslinde do feito" (fl. 383e).

Nas razões do recurso especial, sustenta a parte recorrente, preliminarmente, violação aos arts. 458, II, e 535, I e II, do CPC/73, e, no mérito, violação aos arts. 20 do CPC/73; 22, § 4º, e 23 da Lei 8.906/94 e, 4º da MP 2.180-35/2001. Nesse sentido, aduz que:

**"1. Da violação aos arts. 458, II e 535, II, do CPC – nulidade do acórdão proferido nos aclaratórios**

O acórdão que julgou os embargos declaratórios opostos pela recorrente é manifestamente nulo, de vez que afrontou os arts. 458, II, e 535, II, do CPC, como será demonstrado.

Inicialmente cumpre demonstrar em que consistiam as omissões apontadas no julgamento do agravo de instrumento. Isso porque, apesar as alegações da ora recorrente, o conjunto normativo não foi analisado pelo decisum proferido no julgamento dos aclaratórios. Vejamos:

- a) Inaplicabilidade do art. 1º-D da Lei 9.494/97, na redação conferida pela MP 2.180-35, tendo em vista que a presente execução foi embargada - 5000846- 89.2015.4.04.7102;
- b) cabimento da condenação em honorários advocatícios nas execuções, embargadas ou não, por força do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC;
- c) autonomia dos processos de execução e de embargos pela lógica processual civil e consequente autonomia na fixação de honorários advocatícios;
- d) configuração de trabalho gratuito por parte dos advogados da exequente, ora recorrente, se restarem fixados honorários apenas nos embargos à execução, em violação aos arts. 170 da CF/88 e 22, caput e § 2º, da Lei 8.906/94;
- e) arts. 23, 24, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei 8.906/94: os referidos dispositivos trazem de forma expressa que os honorários de sucumbência pertencem ao advogado, restando

ilegal a possibilidade de determinação de compensação desta verba com aquela devida pela parte, pois não se comunicam os valores que o advogado faz jus em razão do seu labor com aqueles devidos por seu constituinte em caso de sucumbência parcial;

f) indispensabilidade do advogado à administração na Justiça, tanto nos embargos à execução como na própria execução, conforme prescrevem os arts. 133 da CF/88 e 36 do CPC;

g) art. 5º, inciso XXXV, da CF/88, eis que, caso mantida a decisão embargada, a recorrente terá dificuldade para contratar advogado que se disponha a atuar no processo executório sem contraprestação remuneratória, de forma que tal dispositivo restará violado; e

h) art. 21 do CPC, que determina a compensação apenas quando observada a reciprocidade e a proporcionalidade da sucumbência de cada parte no mesmo processo.

Desse modo, a decisão dos declaratórios não poderia ter se furtado à manifestação sobre tais aspectos, essenciais ao deslinde do feito.

Em suma, conquanto sejam evidentes os vícios mencionados nos itens acima, a decisão proferida nos declaratórios não os supriu, de maneira que tal decisum padece de nulidade.

Sendo assim, o acórdão proferido nos embargos declaratórios é nulo, pois incidiu em clara violação aos arts. 458, inciso II, e 535, inciso II, do CPC.

(...)

2. Inaplicabilidade do art. 1º-D da Lei 9.494/97, alterado pela MP 2.180-35/01 – oposição de embargos à execução O acórdão recorrido entendeu pela aplicação, no caso em tela, do art. 1º- D da Lei 9.494/97, na redação conferida pela MP 2.180-35, sob o fundamento de que “se a execução contra a Fazenda Pública for de quantia maior do que aquela considerada de pequeno valor, não são devidos honorários advocatícios”.

Entretanto, há razão que impede a incidência da vedação trazida na MP 2.180-35/2001, de forma que possível a fixação de honorários advocatícios na execução. Ocorre que, no presente caso, foram opostos embargos à execução, distribuídos sob o n. 5000846-89.2015.4.04.7102.

Dessa forma, a MP 2.180-35/2001 não incide na presente situação, autorizando a fixação de verba honorária no processo de execução, inclusive sobre os créditos superiores a 60 (sessenta) salários mínimos.

A vedação trazida pela medida provisória em comento abrange apenas as execuções não embargadas, consoante o próprio texto que inseriu na Lei 9.494/97, art. 1º-D:

Art. 1º-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.

(...)

Assim, impõe-se o provimento do presente recurso especial, a fim de que seja reformado o acórdão recorrido, fixando verba honorária no percentual de 10% sobre o valor executado, tendo em vista que a presente execução foi embargada.

(...)

3. Da violação ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC: independência dos honorários fixados na execução e nos embargos De outra via, a C. Turma Regional entendeu que “caso opostos embargos à execução, os honorários deverão ser fixados na ação incidental, nos limites da irresignação do devedor, de forma que a parcela não embargada (valores incontroversos) seja excluída da base de cálculo da verba honorária, em caso de eventual oposição de embargos à execução parciais” No entanto, tem-se que a legislação processual civil em momento algum condiciona a fixação de honorários advocatícios na fase de execução à oposição ou não de embargos.

Tal fato deriva da autonomia dos processos de conhecimento, de execução e de embargos à execução, sendo que este último, ressalte-se, não passa de um outro processo de conhecimento quanto à regularidade do título executivo judicial ou extrajudicial.

(...)

Dessa forma, em face da redação do artigo acima colacionado, resta absolutamente claro que é devida a condenação em honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública, autonomamente à verba a ser fixada em sede de embargos.

(...)

Como se depreende do que aqui foi exposto, a fixação de honorários advocatícios deve ser feita no processo de execução, seja embargado ou não. Quando opostos, os embargos têm sua própria disciplina quanto à verba sucumbencial, o que não se confunde com o disposto no processo de execução, haja vista tratar-se de relações jurídicas processuais distintas.

É importante destacar, também, que a Lei 8.906/94 (art. 2º) afirma ser o advogado indispensável à administração da Justiça. Ora, a importância do papel desempenhado por esses profissionais exige uma contraprestação digna, de forma a remunerar, de modo justo e

equânime, o trabalho realizado.

Assim, como já explicitado, sendo a execução e os embargos processos autônomos, também autônoma será a sua sucumbência, não podendo se estabelecer condicionantes não fixadas em lei e nem determinar a substituição de uma pela outra, sob pena de flagrante infringência aos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC.

Portanto, impõe-se o provimento do presente recurso especial, eis que a decisão recorrida mostra-se claramente contrária ao que prevê a legislação ordinária sobre a matéria, devendo ser fixada verba honorária no presente caso, em conformidade com o que preza o art. 20, §§ 3º e 4º do CPC.

4. Da autonomia dos processos de execução e de embargos pela lógica processual civil e da consequente autonomia na fixação de honorários advocatícios

(...) considerando a autonomia dos processos (conhecimento, cautelar, execução) no CPC, é que o artigo 20, § 4º, dispõe expressamente que os honorários advocatícios devem ser fixados nas causas em que for vencida a Fazenda Pública e nas execuções que forem ou não embargadas, vale dizer, independentemente da oposição de embargos.

(...)

Ora, como o processo de conhecimento é autônomo em relação ao de execução, e, considerando que os embargos à execução não passam de um processo de conhecimento sobre a regularidade do título executivo, é devida a condenação em honorários em ambos os processos, consequência necessária da correta aplicação do disposto no Código de Processo Civil.

(...)

Portanto, merece ser reformada a decisão do Tribunal a quo, a fim de os honorários advocatícios sejam fixados de forma autônoma em relação à verba a ser fixada em sede de embargos, afastando-se a provisoriedade e a possibilidade de sua substituição" (fls. 393/401e).

Em contrarrazões (fls. 410/412e), sustenta o recorrido a inadmissibilidade do Recurso Especial.

O Recurso foi admitido, na origem (fl. 415e).

De início, em relação aos arts. 458 e 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao

interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto às demais alegações, consoante o entendimento desta Corte, é possível a fixação de honorários em execução de honorários advocatícios, sem que isso implique **bis in idem**, porquanto refere-se à fase diversa do processo. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM EXECUÇÃO E EMBARGOS AO DEVEDOR. AÇÕES AUTÔNOMAS. POSSIBILIDADE. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC/1973. SÚMULA 83/STJ.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1520710/SC (Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 27/02/2019), submetido à sistemática dos Recursos Especiais repetitivos, concluiu que, "sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, os embargos do devedor constituem ação de conhecimento, que não se confunde com a ação de execução, razão porque os honorários advocatícios podem ser fixados de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo de 20% previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973".

2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

3. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.782.703/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA DE HONORÁRIOS. CABIMENTO DE NOVOS HONORÁRIOS. *BIS IN IDEM*. INOCORRÊNCIA.

1. A jurisprudência desta Corte no sentido de que é possível a

**fixação de honorários em execução de honorários advocatícios, sem que isso implique bis in idem, porquanto refere-se à fase diversa do processo.** Precedente: AgInt no REsp 1.605.655/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/2/2018 2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.457.129/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS SOBRE HONORÁRIOS. FASES DIVERSAS. CABIMENTO.

**1. Consoante o entendimento desta Corte, é possível a fixação de honorários em execução de honorários advocatícios, sem que isso implique bis in idem, porquanto refere-se a fase diversa do processo.**

2. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.605.655/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS SOBRE HONORÁRIOS. FASES DIVERSAS. CABIMENTO.

1. A tese recursal refere-se à possibilidade de os honorários fixados na execução incidirem sobre os honorários de sucumbência fixados na ação de conhecimento.

**2. O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, afastou os honorários advocatícios oriundos da fase de conhecimento do cálculo dos honorários da execução. Verifica-se, portanto, que o acórdão recorrido está em dissonância com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, quanto à possibilidade da fixação de honorários sobre honorários, sem que isso implique bis in idem, porquanto referente a fase diversa (execução).**

3. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.659.466/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

No que se refere ao afastamento do art. 1º-D, o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida em execução de sentença contra a Fazenda Pública, nos

seguintes termos (evento 47, autos originários):

Trata-se de pedido de fixação de honorários advocatícios decorrentes da execução em face de ocorrência de fato novo, qual seja, a oposição de embargos à execução.

Decido.

Assim dispõe o artigo 1º-D da Lei 9494/97, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001:

Art. 1-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.

O Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do RE 420816, no qual foi examinada a constitucionalidade do artigo 1º-D da Lei 9.494/97, fixou entendimento no sentido de que é lícita a exclusão da verba advocatícia nas execuções contra a Fazenda Pública não embargadas, mas deixou claro que essa exclusão não se aplica àqueles débitos considerados de pequeno valor.

Em uma interpretação sistemática, tenho que, se opostos embargos à execução, os honorários advocatícios decorrentes devem ser fixados na ação incidental, de acordo com o que sucumbiu cada parte, nos termos do artigo 20, § 3º do CPC; destarte, no caso do valor a ser requisitado for por Precatário, a oposição de embargos à execução não guarda relação de causalidade com os honorários decorrentes da execução, mas somente com a própria ação incidental.

Ademais, a fixação de honorários na execução em face da oposição de embargos afeta, de modo indireto, o próprio direito de defesa, pois, independentemente do valor embargado - mesmo se controvertidos valores mínimos -, caberiam honorários sobre todo o montante do precatório parcial expedido, obrigando o ente público a cotejar a utilidade/benefício da oposição de embargos à execução.

Nessa situação, entendo cabível a fixação de honorários de execução para os casos de valores serem requisitados por Requisição de Pequeno Valor, nos termos do julgamento do RE 420816, alhures referido e, no caso de Precatário, apenas quando se tratar de execução individual de sentença proferida em ação coletiva, consoante Súmula 345 do STJ.

Pelo exposto, no presente caso, indefiro a fixação de honorários advocatícios na execução sobre os valores adimplidos por precatório, devendo eventual fixação ser feita nos autos dos embargos à execução.



Em suas razões recursais, a agravante postulou o provimento do recurso, 'reformando-se a decisão agravada, com a finalidade de que haja a fixação dos honorários advocatícios para a fase da execução, no percentual entre 10% e 20% do valor a ser requisitado por precatório, haja vista a oposição de embargos à execução (fato novo). (...)

**Sobre a possibilidade de fixação de honorários advocatícios em execuções não embargadas, o STF, ao julgar o RE 420.816, deu 'interpretação conforme a Constituição' ao art. 1º-D da Lei 9.494/97, na redação conferida pela MP 2.180-35, no sentido de que 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas', exceto nas de pequeno valor (Requisição de Pequeno Valor - RPV).**

**Com efeito, se a execução contra a Fazenda Pública for de quantia maior do que aquela considerada de pequeno valor, não são devidos honorários advocatícios, sendo este o caso da execução originária ao presente agravo.**

**Conforme referido na decisão agravada, caso opostos embargos à execução, os honorários deverão ser fixados na ação incidental, nos limites da irresignação do devedor, de forma que a parcela não embargada (valores incontroversos) seja excluída da base de cálculo da verba honorária, em caso de eventual oposição de embargos à execução parciais" (fls. 358/359e).**

Ressalte-se, em princípio, que a controvérsia gira em torno da incidência de honorários no processo de execução, e da aplicabilidade do disposto no art. 1º-D da Lei 9.494/97.

Da leitura dos autos, verifica-se que a recorrente opôs os Embargos para questionar a existência de excesso de execução, de modo que houve, portanto, parcela da execução que não foi impugnada.

Neste passo, a correta interpretação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/97 é a de que a vedação à fixação de honorários incida apenas sobre a parcela incontroversa da execução, sendo, por outro lado, cabível a fixação de honorários em relação à outra parcela, objeto da ação de embargos à execução.

A propósito, os precedentes a seguir:

**"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÕES NÃO EMBARGADAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARBITRAMENTO DE**

VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. PARCELA INCONTROVERSA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. MATÉRIAS DECIDIDAS EM RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC.

1. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial 1.406.296/RS, submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973, firmou entendimento no sentido da impossibilidade de arbitramento de verba honorária quando se tratar de execuções não embargadas contra a Fazenda Pública iniciadas pela sistemática do pagamento de precatórios (art. 730 do CPC), com renúncia superveniente do excedente ao limite (art. 87 do ADCT) para efeito de enquadramento no procedimento de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

2. A Lei 9.494/1997, em seu art. 1º-D, expressamente exclui a verba honorária nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública. Apreciando a constitucionalidade do dispositivo, o STF atribuiu-lhe interpretação conforme, para reduzir sua aplicação à execução fundada no art. 730 do CPC, excetuando-se as obrigações de pequeno valor, não sujeitas a precatório. **Se os Embargos foram apenas parciais, o disposto no art. 1º-D da Lei 9.494/1997 deve ser aplicado ao montante incontroverso, excluindo a fixação de honorários, já que não há oposição da Fazenda Pública. Saliente-se que os valores não impugnados podem ser desde logo objeto da expedição de precatório, independentemente do julgamento dos Embargos.**

3. **"Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença", mas "apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC"** (STJ, REsp 1.134.186, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 21/10/2011).

4. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento do STJ, incide, *in casu*, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

5. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.793.493/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/11/2019)

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS DE EXECUÇÃO. PAGAMENTO POR PRECATÓRIO. EMBARGOS PARCIAIS. PARCELA INCONTROVERSA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou que, "Tratando-se de execução pelo regime do precatório, em que opostos embargos à execução parciais, não são devidos os honorários de execução sobre os valores incontroversos" (fl. 344, e-STJ).

2. Quanto às parcelas não embargadas, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada, fixada sob o rito do art. 543-C no julgamento do REsp 1.406.296/RS, no sentido de ser incabível a fixação de honorários advocatícios em Execuções não embargadas contra a Fazenda Pública submetidas a pagamento por precatórios (art. 730 do CPC). Nesse sentido: AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1.525.325/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 14.8.2015; AgRg no REsp 1.506.004/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25.6.2015.

**3. Além disso, o STJ possui o entendimento de que a Lei 9.494/1997, em seu art. 1º-D, expressamente exclui a verba honorária nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública e que, se os Embargos foram apenas parciais, o disposto no art. 1º-D da Lei 9.494/1997 deve ser aplicado ao montante incontroverso, excluindo a fixação de honorários, já que não há oposição da Fazenda Pública. Saliente-se que os valores não impugnados podem ser desde logo objeto da expedição de precatório, independentemente do julgamento dos Embargos. A propósito: REsp 1.218.147 / RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16.3.2011.**

4. Finalmente, é firme no STJ que os honorários advocatícios devem ser fixados de forma independente na Execução e nos Embargos de Devedor, tendo em vista a autonomia das referidas ações. Contudo, ainda na linha de sua jurisprudência, essa autonomia não é absoluta, pois "o sucesso dos embargos do devedor importa a desconstituição do título exequendo e, conseqüentemente, interfere na respectiva verba honorária. Logo, apesar de a condenação ao pagamento de honorários na execução não estar condicionada à oposição dos embargos, a sorte desses influencia no resultado daqueles, de modo que a fixação inicial dessa quantia tem caráter provisório" (AgRg no AgRg no REsp 1.216.219/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 24.8.2012).

5. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.596.542/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2017)

Outrossim, deve-se ressaltar, que os honorários arbitrados na execução e nos embargos não devem ultrapassar conjuntamente, o teto de 20% do valor da condenação previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973, de modo para que não haja óbice à cumulação, conforme entendimento firmado por esta Corte no julgamento do Recurso Especial n. 1.520.710/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II e III, do RISTJ, conheço em parte do recurso, e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para determinar que os honorários advocatícios incidam apenas sobre a parcela da execução objeto dos Embargos à Execução.

I.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora